

**NEM SÓ DE SUCESSOS, NEM SÓ DE FRACASSOS: 400 ANOS DEPOIS, O QUE NÃO FALTA SÃO HISTÓRIAS****NI SOLO ÉXITOS, NI SOLO FRACASOS: 400 AÑOS DESPUÉS, NO FALTAN HISTORIAS****NOT JUST SUCCESSES, NOR JUST FAILURES: 400 YEARS LATER, THERE IS NO LACK OF STORIES**

Recebido em: 04/11/2025

Aceito em: 05/11/2025

Rodrigo Maurer<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Pampa

**Resumo:** Em 400 anos da experiência jesuítas em territórios do Tape, o que não faltam são produções referentes à temática. O acúmulo de investigações demonstram se tratar de um assunto que sempre reservou uma atualidade de exposição. Em que pese a narrativa empregada para com o contexto arrolado – o resultado final não foi confiado a uma iniciativa accidental. Na certeza disso, o que tratamos nesse ensaio configura um balanço historiográfico sobre produções que julgamos apropriadas e necessárias para aqueles que visam qualificar o entendimento sobre a experiência sem que a passo disso estejam a referendar a “normalização historiográfica” certa feita rebatida por Magnus Mörner. Configura, portanto, uma reflexão “desnormalizada” que tem no tema das reduções índio jesuítas um horizonte de novas oportunidades e questionamentos. Por fim, se trata de uma revisão sobre o saber que foi realizado e através daí, contextualizar que não existem assuntos inexoráveis, tampouco, lógicas apriorísticas que suportem ao tempo das avaliações primárias.

**Palavras-chave:** estado da arte; estudos coloniais; julgamento histórico.

**Resumen:** En los 400 años de experiencia jesuita en la región de Tape, no faltan producciones relacionadas con el tema. La acumulación de investigaciones demuestra que este siempre ha sido relevante para su exposición. A pesar de la narrativa empleada en relación con el contexto mencionado, el resultado final no fue fruto de una iniciativa accidental. Con esto en mente, lo que discutimos en este ensayo constituye una evaluación historiográfica de obras que consideramos apropiadas y necesarias para quienes buscan mejorar la comprensión de la experiencia sin, en el proceso, respaldar la “normalización historiográfica” acertadamente refutada por Magnus Mörner. Por lo tanto, constituye una reflexión “desnormalizada” que ve el tema de las reducciones indígenas jesuitas como un horizonte de nuevas oportunidades e interrogantes. Finalmente, es una revisión del conocimiento adquirido y, a través de ella, contextualiza que no existen cuestiones inexorables ni lógicas a priori que resistan el tempo de las evaluaciones primarias.

**Palabras clave:** estado del arte; estudios coloniales; juicio histórico.

**Abstract:** In the 400 years of Jesuit experience in the Tape region, there is no shortage of productions related to the subject. The accumulation of research demonstrates that this is a subject that has always been relevant for its exposition. Despite the narrative employed regarding the context listed, the final result was not entrusted to an accidental initiative. With this in mind, what we discuss in this essay constitutes a historiographical assessment of works that we deem appropriate and necessary for those who aim to qualify the understanding of the experience without, in the process, endorsing the “historiographical normalization” rightly refuted by Magnus Mörner. It therefore constitutes a “desnormalized” reflection that of Jesuit Indian reductions a horizon of new opportunities and questions. Finally, it is a review of the knowledge that has been acquired and, through it, contextualizes that there are no inexorable subjects, nor a priori logics that withstand the time of primary evaluations.

**Keywords:** state of the art; colonial studies; historical judgment.

<sup>1</sup> Doutor em História pela UFSM. Mestre em História pela UPF. Licenciado em História pela URCAMP. E-mail: ferreiramaurer@gmail.com Link orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5778-303X>

## DOS LIBELOS INFAMATÓRIOS E TUDO MAIS QUE NÃO FOI ESCRITO: NOTAS ACERCA DE UMA OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Demonstrar la existencia del reyno jesuítico con pruebas ostensivas. A diferencia de las repúblicas de Platón y de Tomás Moro, que eran ideales, él presentará un reino “real, verdadeiro y existente” por 150 años como fue el del Paraguay jesuítico.  
Bernardo Ibañez de Echavarri

Na conferência inaugural às *VII Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas*, realizada na cidade de Resistência (Chaco/Argentina), em agosto de 1998, Magnus Mörner apresentou uma abordagem retrospectiva da produção intelectual sobre o tema. Seu apanhado bibliográfico consistiu numa revisão crítica sobre tudo já havia sido escrito desde a década de 1950.

Conforme afiançou o historiador, as décadas de sessenta e particularmente na de setenta, reservaram um novo período para a historiografia das missões guaranis, sendo possível classificar disposição uma “normalização historiográfica”. O entendimento do sueco na ocasião, foi voltados aos estudiosos de missões. Em especial aqueles que estariam a promover a temática a cargo de uma “normalização historiográfica”(MÖRNER, 1998). O conteúdo, ainda que pese sua significativa validade parece já ter sido absorvido por uma leva de pesquisadores mais recentes (Borrastero, 2016; Boixadós, 2007; Fechner, 2014; Maldavsky, 2014; Tell, 2018). Entretanto, esse mesmo entendimento não pode ser estendido para a geração contemporânea de Margnus Mörner.

Tal foi a ênfase promovida por Mörner que suas críticas até hoje não mereceram uma contra resposta que fosse. Mas, recuperando o fim pelo seu começo, quais teriam sido de fato os motivos que levaram o consagrado e experiente historiador à dirigir-se de maneira generalizada os seus comentários? Por alguns anos a insistência sobre isso me fez ver que o tema em si, consiste numa disputa de interpretações, ora mantidas ao labor científico, ora extrapoladas para um autodidatismo de praxe. Nestas circunstâncias, não há exagero alguma em dizer que a inquietação já manifestada se refaz toda vez que surge uma nova pesquisa ou quando chega ao comércio literato alguma que outra obra que trate do tema das missões índio-jesuíticas. Mas, a que de fato, se deve isso?

A começar parece correto salientar que a discordância de Mörner com relação aos seus pares é a demonstração sobre um historiador que conseguiu em tempo, perceber que havia uma distorção de entendimento entre aqueles que estavam a avaliar “os sucessos” em solos, que majoritariamente falando não se fizeram somente em função dos religiosos, mas que haviam

contato com a coesão de grupos nativos de poder que pouco ou nada eram conhecidos. Dito de outra forma, para Mörner aquela altura era importante saber o poder de atuação dos religiosos, porém, tão importante quanto era saber da existência de um viver originário que precisou ser interrompido para existir outra coisa, no caso a experiência missioneira. E quando Mörner resolveu fazer o seu apanhado e por conseguinte o recorte temporal que compreendeu um período de cinco décadas de produção, foi com o intuito de demonstrar por intermédio do balanço historiográfico que muitas seriam as falhas que precisaram passar por remendos de narrativas.

Salvaguardando as lógicas que ficarão confiados seus caminhos, não são poucas as vezes que as experiências da Companhia de Jesus ficaram classificadas como histórias de um projeto autônomo de poder. Descrita por conspirar contra reinados, perdeu aos poucos a estima que continha o que explica o motivo da forte vigilância que passou a ser acompanhada por parte dos seus disseminadores. E tudo somado, não só gerou um desagrado junto às cortes da Europa como acumulou pessoas interessadas em desgastar a imagem de atuação sobre aquela.

Ocorre que o tempo demonstra que das organizações de fundo teológico-feudal que aportaram na América, a que mais tinta mereceu dos interpretes sem dúvida alguma foi a da Companhia de Jesus. E isso se deve, também, por que a ordem tem sido desde a contra reforma, motivo de várias controvérsias. Parte decorre da influência mantida por seus propagadores, os jesuítas, que se lançaram como guias de uma vontade universal acreditando por aí, não só atingir como corrigir os erros da civilização. No entanto, existe uma lista de circunstâncias ocasionais que nunca deixaram de emitir argumentos próprios sobre a atuação daquela.

Isso favoreceu circunstancialmente na imagem de um poder transcontinental a cargo de uma organização que passou a ser compreendida como um obstáculo que precisaria ser superada em função de um novo tempo.

Na extensão dos artifícios de calúnia ou ainda a elaboração de libelos infamatórios foi formulada a imagem distorcida e fortemente polêmica da República dos Jesuítas no Paraguai. Este por exemplo é o caso que remete a um libelo anônimo, muito possivelmente elaborado por agentes de um navio negreiro francês que se encontrava aportado no porto de Buenos Aires dentre os anos de 1710 a 1713. O título de *Memoire touchant l'etablissement des peres jesuites dans les Indes d'Espagne* estabelece uma ideia prévia do conteúdo que cerca seu enunciado. O mesmo parece ter sido elaborado com o intuito de atingir o imaginário popular de modo a declinar uma avidez antijesuítica. Caso semelhante, acompanha aquele que pode ter sido o

principal panfleto difamatório que potencializou o descrédito dos cristãos para com os jesuítas. Trata-se da *Historia de Nicolás I, rey del Paraguay* (1756).

O conteúdo anônimo reverteu abundantes edições e em vários idiomas. O que demonstra que a Companhia de Jesus tinha um reconhecimento além-fronteiras. Em todo caso, não esconde também, que o conteúdo combinou a atuação do ministro de negócios estrangeiros do Rei José I (1750-1777), Sebastián José de Carvalho e Melo, dito Marquês de Pombal e sua saga de combate aos religiosos em questão, o que se confirmou com a assinatura do Tratado de Madrid.

No Brasil, Basílio da Gama (1769), foi de longe o literato que melhor expressou a contrariedade pessoal junto a organização religiosa, ao ponto que chegou a retratá-la como a *filha da ambição*. Com o advento do século XIX e a carga das problemáticas de modernidade e dos estados nacionais o conteúdo jesuítico passou a ser lembrado como um exemplo de falsidade e de incerteza.

Em 1910, Simões Lopes Neto acabou popularizando os argumentos a um linguajar pitoresco e regional. Esse então é o elemento marcante que acabou enredando os pesquisadores a uma ceifa de divagações. Das suas lendas e magníficas histórias foram motivados uma série de produções. Em especial, entre as décadas de 1950, 1960 os autodidatas acabaram incorporando novas utopias ao conteúdo, com vistas a motivar noções idealizadas ou fantasiosas que fizessem lembrar uma Arcádia Perdida ou um Eldorado Paraguaio. Uma delas, talvez a mais difundida a respeito da ação dos jesuítas na América, refere à existência de um projeto paralelo. Acusação sustentada, em parte, no isolamento das reduções e, em outra, na existência de uma milícia indígena, equipada com algumas “bocas de fogo”.

Até meados dos anos 1970, era muito comum as polêmicas acontecerem de modo a responder algumas variantes de sentido, como por exemplo: a representação da natureza política da sociedade missioneira, o poder colocado à força da conquista pela ordem religiosa de Ignácio de Loyola, sem muitas vezes deixando de situar os pactos que precisaram ser construídos para a idealização. Por conseguinte assim foram geradas as mais inimagináveis teorias de organização daquelas comunidades setecentistas. Ao passo que já foram descritas como um reino Teocrático Cristão ou até classificadas como partes de uma República de Índios (Ibañez de Echavarri, 1762; Abou, 1995; Peramás, 2004).

Por certo as reduções não foram teocráticas, nem socialistas<sup>2</sup>, proto-comunistas; como alguns autores chegaram a concluir no passado (Cunninghame, 1901; Lugones, 1904; Lugon, 1949). Nem mesmo se trataram de sociedades isoladas como que se estivessem a preencher um paraíso perdido na terra.

É fácil constatar que entre as décadas de 1940 a 1960 os autodidatas acabaram incorporando novas utopias para a história dos povos do Paraguai colonial. Parte das avaliações aconteceram com vistas a motivar noções idealizadas ou fantasiosas que fizessem transportar o pampa e o Atlântico Meridional como modelos únicos de uma Arcádia Perdida ou uma espécie de Eldorado Paraguaio.

Seja como for, ilustrações desse tipo acabaram por emitir a falsa sensação de que os religiosos de fato, haviam realizado um “Estado dentro do Estado”<sup>3</sup>. Conquanto, provavelmente a compreensão deste fato esta co-relacionado a uma vigorosa preparação. O indicado então, é conceber a atuação da Companhia de Jesus como um projeto que atingiu a sua regularidade de modo paulatino. Que uma vez não comprometidos como categorias passam a fazer parte de reflexões vazias que chegam a acusar uma “falsa impressão de continuidade”. Um caso prático e que acontece recorrentemente aos profissionais não historiadores é tratar a “transformação” da sociedade missioneira sob argumentos atemporais ou por intermédio de documentações que se afastam e muito das condições que advogaram aquelas experiências ao curso das consequências coloniais.

No campo das ideias, reza a lenda que, conhecendo com menor detalhes as condições ou as estratégias de adaptação que tiveram de atravessar aquelas comunidades, é possível admitir as consequências como estágios de uma projeção de desenvolvimento em etapas. O primeiro concentrado na atividade de minérios – em especial nas regiões dos Andes e Tucumán (1640-1660) e o segundo decorre três décadas depois da primeira etapa, por intermédio da atividade ganadera – em especial na região do pampa (1660-1690), (Krapovickas, 1978;

---

<sup>2</sup> FREITAS, Décio. **O socialismo missioneiro**. Porto Alegre: Movimento, 1982, p. 20. Decorridos 15 anos do lançamento da sua obra, Décio Freitas reeditaria aquela por um novo título, **Missões: a crônica de um genocídio**. Porto Alegre: Movimento, 1999. Sem maiores revisões, sustentado apenas por uma nota explicativa, o autor adaptou o conteúdo original à um viés “populista”. O resultado é um auto reportar aos desfechos de graves proporções aos povos originários, uma vez que deixaram de corresponder a uma sociedade de traço socialista e passaram a corresponder como partes de uma “dizimação” que supostamente desfez o sonho da grande confederação missioneira.

<sup>3</sup> No prólogo do seu livro, Magnus Mörner alertava, de forma pioneira, que a maioria dos trabalhos dedicados ao estudo do “estado jesuítico” careciam de uma base documental confiável, uma vez que na sua maioria os estudos apresentavam uma tendência à polêmica. MÖRNER (1968). Primeira edição em espanhol, (MÖRNER, 1953, p. 15).

Madrazo, 1982; Fidalgo, 1988; Assadourian, 1991; Palomeque, 1994; 2007; Lorandi, 1997; Faberman, 2002; Albeck, 2007; Albeck; Palomeque, 2009).

O ponto, então, a sublinhar é que sob esse argumento se avista um tipo de experiência local que perfilou “un processo de estratificación interna, que difenció las unidades domésticas que, parecería ser, eran las que llevaban adelante las tareas productivas” (Noelli, 2004, p. 361).

Prosseguindo no esclarecimento do contexto é importante salientar que as circunstâncias de colonização não se tornariam alcançáveis se ao passo das mesmas não fosse incentivada uma preparação em longa duração que priorizasse as possíveis modalidades de adaptação por parte dos indígenas. Para completar a situação, acrescentaria que pouco ou nada conhecemos sobre os fracassos, os improvisos e as dificuldades do projeto católico e a competição que existiu por parte das minorias étnicas que insistiam a promover a “consciência” de distribuir-se aleatoriamente em meio ao horizonte que dispunham.

Esse entendimento, hoje tão simples paa ser construído, em verdade demorou muito para cair no gosto científico, pois tal eram os aspectos ambíguos sem consistência que concentravam-se junto a ideia contumaz de atestar o passado do atual território sul-riograndense, como que uma espécie de apêndice da presença europeia (leia-se civilizatória) da região. E, de fato, a moderna historiografia, aquela que dialoga com as ciências sociais, assim persistiu até que em 1979 por conta da defesa de dissertação de mestrado de Arno Kern (1979), ficou claro que faltava redimensionar a experiência evangelizadora com vistas a desfazer o uso dos “mitos”. O caminho desbravado por Kern, enquadrrou o tema nas suas devidas circunstâncias espaço-temporais. Nesse quesito fica evidente que a tese de doutorado de Máxime Haubert (1967), exerceu uma forte influência no trabalho de Kern. As contribuições do etnohistoriador francês perfilaram no seu aluno o tino de relativizar o papel dos jesuítas.

Finalmente em 1982, chegava ao público não acadêmico o conteúdo da sua dissertação, agora com o título de “Missões: uma utopia política” (Ed. Mercado Aberto). A presente edição acabou por tornar o tema jesuítas um assunto obrigatório na formação histórica do Rio Grande do Sul. A pesquisa até hoje surpreende por ter moderado um acúmulo de informações sobre as instituições políticas e os adicionais fronteiriços que tiveram de ser elaboradas naquelas reduções jesuíticas no intuito de equilibrar as lógicas de legislação de época, como a exemplo, as famosas *Leyes de Índias*<sup>4</sup>.

Doravante, decorridas três décadas desde que foram lançadas as primeiras

---

<sup>4</sup> Esse contexto já mereceu uma avaliação por parte de Arhur Rabuske (1978).

manifestações, eis que é um tanto quanto recomendável conceber as circunstâncias do contexto que se queira tirar proveito dessa abordagem, uma vez que aquelas não foram de todo absorvidas pelas comunidades setecentistas. Conquanto os méritos pela espertize de Arno Kern permitiu com que as gerações posteriores de historiadores passassem a ter no seu estudo uma âncora segura para ajuizarem as suas análises de fundo investigativo. A inspiração que atingimos por conta da sua formidável pesquisa, nos revelou que a utopia em si nada mais foi que um esforço mútuo construído entre índios e jesuítas por confins que os últimos, em especial desconheciam.

De qualquer maneira, uma avaliação destas disposições que pretendesse ir além de uma vinculação fictícia pouco ou nada acrescentariam na rotina colonial daquelas reduções, uma vez que, dimensionadas conforme o que conseguiram idealizar, o que existiu foi à elaboração de uma sociedade histórica determinada que nas suas formas mais detalhadas acabou condicionando uma direção a ser mantida por parte das minorias étnicas. E neste interim, é preciso não esquecer que a práxis esteve claramente endereçada em não só sensibilizar como condicionou na elaboração de uma relação totalizante. E o que no passado significava um comprometimento, hoje, já é aceito sem qualquer reserva de esclarecimento que os Guarani não só abandonaram as suas referências originais como passaram a corresponder-se como o grupo falante que melhor se alinhou aos “encantos” dos conquistadores (COMBÉS, 2015).

A respeito disso, é notório que o contexto remete a um somatório de manifestações. Ao passo que, algumas atitudes permitem comparações, outras nem tanto. Ademais, se pensarmos de forma rápida, a “razão reducional”, não comporta uma solução fácil, uma vez que, é expressamente desconfortável ter de contextualizar uma divergência mais séria entre a definição do termo e a realidade que teve de ser admitida.

## **DA TERRA DOS ANTEPASSADOS GENTIOS AO TEMPO HISTÓRICO NOVO. OUTRAS IMPLICAÇÕES**

Enquanto uma ordem religiosa que alcançou reconhecimento além fronteiras, a Companhia de Jesus, é um campo de investigação expressamente fértil que oferece um leque de opções a serem avaliados. Na continuidade do que já escrevemos em linhas anteriores, o evento de atuação exercidos pelos jesuítas, sem dúvida alguma tratar-se-ia de uma conjuntura histórica amplamente estudada que atraí olhares de investigadores das mais variadas nacionalidades e países. Tudo isso, no entanto, não se aplica para a história dos indígenas que precisaram ficar conferidos através de soluções oriundas de velhos reparos ou por elaborações

pouco ou nada ordenadas. E recriar minimamente um paralelo histórico em condições parecidas é um tanto arriscado, pois não revelam a contento em que momento aconteceram, nem mesmo garantem uma precisão mínima que faça afirmar que tiveram de ser projetadas de modo a garantir aquelas configurações como partes de uma “conquista continuada” (Nusdorffer [1732] In: Furlong, 1962, p. 631).

Retomando o resultado pelo seu começo, uma vez avaliados na longa duração os marcos etnohistóricos que já avaliamos em outros momentos demonstram que uma parte da história platina necessita passar por alguma que outra revisão de fundo investigativo no sentido de melhor situar as afundas do modelo de colonização e assim passarmos a conhecer melhor as minorias étnicas (Maurer, 2019; Quevedo; Maurer, 2022, quando em tempos outros, ainda não haviam sofrido os reverses da “destituição dos teyys” (Susnik, 1965; 1966; 1981; 1982; 1984).

Com alguma razão, a historiografia de hoje reconhece com mais facilidade que, a atuação da Companhia de Jesus corresponde à uma conquista em diferentes épocas e lugares. Quem mais presta atenção a este tema atualmente é a investigadora Aliocha Maldawski (2014). E suas explicações são de uma precisão que chegam a transmitir a sensação que a ilustração de certos lugares dependia de uma atuação precisa por parte dos dos jesuítas que carregavam como responsabilidade principal “conectar territórios y sociedades”.

Em face desse detalhe, é preciso que repensemos a médio prazo os eventos que se avolumam sobre a extensão da memória indígena de modo a representá-la a curso de uma nova mistura étnica que se impôs naturalmente em decorrência de um vazio físico que precisou ser preenchido desde que ficou aditado o retorno em definitivo da ordem religiosa para a velha Europa em 1769. Desde então, restaram lembranças e sobraram frustrações sobre um convívio que acabou superado por uma melancolia temporal em formato de ruínas, conquanto, até que essa paisagem viesse a tomar a característica em questão, foi necessário para muitas minorias étnicas reagir instintivamente e recomeçar de um ermo que precisou ser encarado diuturnamente. E, assim, sem outras escolhas, lhes coube ter que (re)fazerem suas vidas aleatoriamente por terras e territórios de larga duração.

Mas, afinal, o que torna e dimensiona o tema a um paradigma de longa duração? Para não recuar muito, vamos tratar a experiência histórica como um fator complexo, que certamente chamou a atenção dos europeus desde o primeiro momento que decidiram aventurar-se em busca por novas terras, em especial sobre aquelas fixadas na primeira América, ou melhor na América Indígena (Colombres, 1976). Em tempo, as aporias teóricas da qual suplanta a

historiografia mais recente, desvinculada dos interesses meramente ideológicos por anos mantido pelos primeiros investigadores, reforçam outras finalidades que não somente o repetitivo entendimento de transformação “totalizante”. Isso escamoteia uma mudança de tratamento e abstrai uma unanimidade a respeito.

Não por acaso, a investigação de Christophe Giudicielli (2011) abre uma pista nesta direção quando se preocupa em demonstrar que o contato sempre que concluía numa série de dispositivos dos quais facilitariam a permanência de conquista para o jesuíta. Notadamente, há uma outra maneira de interpretação que merece ser avaliada, uma vez que entende, estar aí uma dificuldade tão proporcional e correlata quanto à aplicabilidade de tais investidas, no que pese o entendimento que os indígenas precisavam ter ou em detrimento daquelas.

Disso se segue que, bem ponderadas as contradições, prevalece a suspeita que de tudo que o jesuitismo promoveu, não foi suficiente para desfazer a importância do pampa para as minorias étnicas. Porquanto, engana-se quem pensar num caminho simples e em perfeita harmonia (Maurer, 2023). Apurando detalhadamente o processo em questão, desta maneira foram se acumulando as horas, os dias, as semanas, os meses e as décadas de anos que se seguiram até que o tempo índio fosse outra vez tomando conta de um entendimento regional que nunca deixou de ser permanente.

Conquanto, nuito distante de terem atingindo uma terra sem males, a realização de conquista colocado à prova daquelas reduções, deixa entender que a temporalidade jesuítica reverteu numa mudança de atitude bastante diferente da que havia, uma vez que ao romper de vez com o *habitus* originário incentivou um sobressalto colonial que teve de ser assumido regionalmente. E nestas condições, é preciso notar que a satisfação absoluta nunca foi um fator admitido entre aquelas comunidades originárias, basta ver que desde as primeiras manifestações os religiosos procuraram contemporizar as diferenças assumidas para cada empreitada que resultasse das suas investidas de convívio.

Nesta direção, é fácil constatar, que o contexto missioneiro foi uma conjuntura que aproximou personagens distintos e de tempos históricos diferentes que tiveram de alcançar um consenso de convivência. Entretanto, as consequências à nível intra-étnico, seguem desconhecidas as afundas dessa projeção, disso se segue que é possível imaginar diversas possibilidades de entendimento, que vão desde as mais simples construções de alianças até rupturas perduráveis com grupos e territórios implicados.

Chegamos, assim, num ponto de dissolução discursiva que reforça a máxima que o reino

espanhol, não se preocupou em garantir a sua própria unidade em solo americano. Fato é que quando acionado a assumir algumas responsabilidades que diziam respeito ao pacto colonial, como por exemplo, garantir a manutenção daquelas comunidades nunca sequer mereceu algum retorno que fosse. O que demonstra claramente que a opção esteve justamente em dividir as atribuições e responsabilidades com a ordem religiosa no sentido de garantir o êxito do “tempo-instrução” junto as comunidades originárias dos séculos XVII e XVIII.

Sobre isso, podemos pensar que a implicação jesuítica jamais priorizou a articulação entre as reduções que promoveu, justamente por que já no momento de reconhecimento das tradições antigas ficou reconhecido que a única dinâmica que lhes interessava promover era aquela que consagrava a disputa com vistas a ratificar a velha máxima do dividir para melhor governar.

### **DOS ÍNDIOS MISTURADOS ÀS REPÚBLICAS DE PEDRA. O QUE SABEMOS?**

Como conclusão gostaria de situar as consequências reducionistas na longa duração. Até o momento, dadas as condições que podemos explorar, nos levam a reiterar que a estrutura do mundo ibérico dos séculos XVI-XVIII, não teria suportado apenas pelos métodos aristocráticos da monarquia espanhola, se junto disto não pudesse contar com a vocação transatlântica dos “cavaleiros de cristo”.

Também, em reconhecimento à isso é um tanto óbvio, dizer que trajetória da Companhia de Jesus mantêm uma participação inseparável da história do continente americano. A contar, se tomarmos a média aproximada, estamos falando de uma atividade que perdurou de modo ininterrupto ao longo de 149 anos e que no seu total foi responsável por destinar em torno de 16.000 jesuítas para a América (Morán, 1990). Como decorrência desta estrutura, dá para se dizer que um deslocamento de um jesuíta representava a possibilidade de conquista por lugares então desconhecidos do homem europeu.

É interessante examinar que esse condicionamento colonial reverteu numa série de consequências, tanto positivas, quanto negativas. Entretanto, não escolhi o tema dos conflitos pueblerinos para continuar a transmitir a falsa impressão de harmoniosidade entre aquelas comunidades setecentistas. Por isso, me propus desde o começo dessa investigação a lançar novas leituras sobre fatos que deixam notar que o controle da coroa não aconteceu de modo efetivo.

Também, se percebe uma certa disposição em considerar ausência de nomes e das lideranças nativas que dessem ciência aos episódios. Enfim, o quebra cabeça é por demais

variado e oferece uma série de cenários que mais retratam interferências na memória ancestral no sentido de “ajustá-las” conforme as medidas perceptíveis que os religiosos concebiam por necessárias ou apropriadas. Na explicação disto, outra vez, é importante considerar que:

A pesar de su grand diversidad, las sociedades que nacieron en América con la dominación española tuvieron en común su heterogeneidad étnica y la formación de jerarquias étnico-sociales, con desigualdades de estatus que la ideología de la época definía como necesarias. Al crear sus provincias y sus colégios, los jesuítas se arraigaron en estas sociedades, cuyos critérios de distinción acataron sin mayores dificultades. Esta política de arraigo local se verifica con el reclutamiento de españoles nacidos en América, cuyas motivaciones no necesariamente con llevaban la vocación misionera (Maldavsky, 2014, p. 85).

Destarte, os fatos se impõem e por conta da importância que lhes regram no sistema homem/coisa ou o sentido que aquele estabelece para a sua própria convivência com outros homens e outras coisas, transparece a sensação que as circunstâncias históricas jamais escaparam ao seu registro. De qualquer forma, novas dúvidas são levantadas à um problema especialmente amplo e que não por menos, merecem uma continuidade de reflexão sobre soluções pouco aparentes.

Até às últimas consequências, decidi conhecer a “conquista continuada” e uma vez conferida, não me furto em ousar em outras explicações para não se tornar repetitivo. E é normal que, chegado a este ponto, já estejamos um tanto saturados por fazer reparos. Porém, não podemos dar a investigação simplesmente por encerrada sem que ao menos possamos (re) fazer a revisão por um novo começo. Se vamos alcançar êxito na nossa forma de compreender o conteúdo, é algo que só o tempo demonstrará. Entretanto e na consideração de tudo que já tratei, não resta dúvida em dizer que estou à procura do excepcional e quando se está à procura de algo desse porte é de bom alvitre estar preparado para as suas provocações de sentido.

Também é importante salientar que as circunstâncias de colonização não se tornariam alcançáveis se ao passo das mesmas não fosse incentivada uma preparação em longa duração que priorizasse as possíveis modalidades de adaptação por parte dos indígenas. Para completar a situação, raras seguem sendo as investigações que procuram formular questões diminutas que façam conferir um panorama simultâneo sobre as dificuldades do projeto católico e a competição que existiu por parte das minorias étnicas que insistiam a promoviam a “consciência” de distribuir-se aleatoriamente em meio ao horizonte que dispunham.

Ficando apenas no campo das ideias, eis que declinar nossos argumentos à tese dos “estratos do tempo” (Koselleck, 2014). Apurando melhor o conteúdo, fica patente que tempo e

acontecimento se confundiram como partes de um número incontável de contrariedades. Desta consideração, é preciso ainda advertir que a fundamentação básica da relação mantida entre o elaborar reducional e passado (no caso o que retrata o tempo índio) transmitiam escolhas por meio de uma definição de convívio – entre ser parte de uma redução ou retroceder do que faziam e voltar a ser o que já era conhecido.

Obviamente, que a forma como compreendo o desfecho da “Província Gigante do Paraguai” não ambiciona alcançar uma revisão histórica didática, tampouco quer um rompimento com a literatura tradicional de ensino, mas é importante dizer que poucas tem sido as situações que de fato desafiam as linhas de entendimento sobre o construto jesuítico sem que a cargo disso não fiquem desperdiçados os pedaços da história indígena.

Hoje, como ontem, esse parece ser um bom começo para um estado da arte que tem muito o que evoluir ao ponto que possamos apontar as consequências que tanto fascinavam Ernesto Maeder (2004), fascínio que ele próprio descreveu como uma “terra prometida”. Mas, mesmo que tenha sido prometida, quais teriam sido as recomendações iniciais?

É isto precisamente o que buscamos contextualizar. E não por menos, considero que um dos caminhos mais prováveis para responder a esse questionamento esteja em reconhecer uma circunstância histórica: que da onde partia a determinação que autorizava os jesuítas a se colocarem a caminho da “terra prometida” os percalços já eram um tanto esperados e, portanto exigiam o máximo de distância. Em compensação, algumas considerações em torno dessa máxima deverão num curto espaço de tempo oferecer outras alternativas de entendimento. Entretanto, ousar dizer que parte do que contextualizamos, já aponta uma identificação em direção à corte espanhola, todavia nossas pistas estão acontecendo num sentido inverso: quando os povos necessitavam se fazer conhecer, apesar das suas imprecisões ou arremedos abstrusos.

Na esteira disso, a trama urdida pela experiência reducional, por mais ousada que tenha sido, reforça um inconformismo inapreensível com o resultado final. Na verdade, essa estranha combinação foi o que fez Voltaire a advertir que “o poder sacerdotal foi fatal para o mundo” (VOLTAIRE, 1988, p. 177). Em certa medida com um estilo inigualável, o filósofo francês conseguiu repassar a máxima de que o jezuitismo em si representava um impedimento da humanidade para com o próprio futuro. Embora, singular nas suas explicações, seus empréstimos serviram para empregar a narrativa que a modernidade não teria nada a surpreender.

Até aí parece não haver novidade alguma, pois a rigor, somos facilmente convencidos a ter de abandonar o que parece velho, substituindo-o por aquilo que parece útil no tempo imediato. Na maioria dos casos, o que existe é a atribuição de uma meta narrativa de tomar a parte pelo todo. Que, nas palavras de Candéau, ganham um contorno ainda mais dramático, uma vez que “compreender e aceitar isso é aceitar perder o Antigo para que o novo possa nascer” (Candéau, 2016, p. 194). E, é sobre esse novo que continuaremos com as nossas pesquisas, pois confiamos que junto do crepúsculo da experiência que foi confiada está uma história que falta ainda ser conhecida: aquela que acontecia apenas pelos povos que aqui se existiam e se encontravam organizados muito mesmo antes da presença do europeu.

Tudo isso representado revela que nunca passou de um mito, visualizar na projeção da Companhia de Jesus uma espécie de reinado próprio e independente dos reis católicos de Portugal ou Espanha. E, hoje mais do que em outros tempos, consigo entender o valor testemunhal que Joseph Cardiel advertiu com tamanha segurança de entendimento, se reporto às experiências: “Digo todo esto para que se vea con cuán bien fundadas noticias puedo hablar en este asunto. Tales cosas se hablan y se escriben de estos guaranis, Misión del Paraguay o Reino jesuítico, o como lo quisiesen llamar, que más parecen novelas, delírios o sueños, que otra cosa. Tal es la ignorância que hay de la verdade” (Cardiel [1780], 1984). Aos poucos, parece que nos encaminhamos a uma nova zona de imprecisão e por conta disto, arrisco a dizer, que é chegado o momento de nos colocarmos a caminho de uma recomendação que se encontra esquecida desde que foi anunciada, no não tão distante ano de 1770, quando o então jesuíta [renegado] Bernardo Ibañez de Echavarry, anunciou aos apreciadores da existência de uma produção de sua autoria que ele próprio, intitulou como “El reyno jesuítico del Paraguay, por siglo y meio negado y oculto, hoy demostrado y descubierto”.

A título de conhecimento, na vastidão de relvas inóspitas, vilarejos se fizeram construções de pedras que passaram a conciliar histórias, feitos e agentes; que vivos ou mortos; detiveram importância de convívio (Maurer, 2025b). Por consequência desse detalhe, é necessário que façamos uma distinção crítica dos interesses sobrepostos e das condições que com o tempo, reverterão nnum emaranhado de conquistas individuais que em muitos casos chegou a transmitir a falsa impressão de terem sido, eles, os jesuítas, uma espécie de nobreza da terra que em nada precisava acompanhar qualquer tipo vínculo pessoal que fosse com dispositivos e regamentos nobiliárquicos do antigo regime que tão bem conheciam. Vendo por aí, é até possível imaginar que chegaram a ter oportunidade de se auto promover por conta

de um ou outro título de privilégio que concediam, em especial, as já ressaltadas quasi-merced (Maurer, 2025a).

Decerto, mais do que encerrar esclarecimentos sobre as reais condições em que precisaram acontecer as trajetórias de convívio compactuado entre aqueles sujeitos históricos para com os povos originários, o que fica sobreposto é o aprendizado que reforça, sobretudo, que “ali, transformados em vassalos do monarca espanhol, os guaranis-missioneiros demonstravam a fidelidade a um ser “coletivo e abstrato” – o rei que estava na corte distante” (Quevedo, 2000, p. 113).

Aos poucos, tudo somado corresponde de alguma forma ou de outra com a pergunta principal deste dossiê. Afinal, diante de algumas incertezas e lacunas a serem preenchidas. O que de fato, sabemos? Acredito que por conta de tudo que apresentamos, é possível responder o questionamento admitindo uma lista de novas situações, quiçá intermináveis.

A tempo, ocorre algo ligeiramente correto. Não podemos mais ignorar o fato que ainda aguardamos a construção de uma história ampliada onde seja possível conhecer e conciliar as situações que colocaram jesuítas e índios misturados na direção de um viver em comum. Ainda assim, longe estaremos do fim da história, pois para além dos marcos festivos, tal como o que confere os 400 anos do Tape, o que não faltam são experiências de sucessos e fracassos para serem compreendidas. Ou melhor, retratadas.

## REFERÊNCIAS

Abou, Sélim. **La “República” jesuítica de los guaraníes (1609-1768) y su herencia.** Buenos Aires: Manrique Zago Ed., SRL, 1995.

Albeck, María. **El intermedio tardío: interacciones económicas y políticas en la Puna de Jujuy.** 2007.

Albeck, María; Palomeque, Silvia. Ocupación española de las tierras indígenas de La Puna y “raya del Tucumán” durante el período colonial temprano. In: **Memoria Americana**, 17 (2), pp. 173-212, 2009.

Assadourian, Carlos. Los derechos a las tierras del ynga y del sol durante la formación del sistema colonial. In: Moreno, S; Salamon, F. (Comps.). **Reproducción y transformación de las sociedades andinas siglos XVI-XX.** Quito: Abyala-Yala – Movimientos Laicos para América Latina, pp. 215-284, 1991.

Borrastero, L. **Las sociedades indígenas y su participación en la economía mercantil durante el período colonial temprano. Un proceso de “hispanización”? (Córdoba, 1573-1620).** Facultad de Filosofía y Humanidades: Universidade Nacional de Córdoba, 2016.

Boixadós, Roxana. Recreando un mundo perdido. Los pueblos de índios del Valle de Famatina a través de la visita de 1667 (La Rioja, Gobernación de Tucumán). In: **Población & Sociedad**, pp. 14-15, 2007.

Candau, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

Cardiel, Joseph [1780]. **Compendio de Historia del Paraguay**. Estudio de J.M. Mariluz Urquijo, Buenos Aires: Fundación para la educación, la ciencia y la cultura, 1984.

Colombres, Adolfo. **La colonización cultural de la América Indígena. Série Antropológica**. Quito: Ediciones Del Sol Cia. Ltda., 1976.

Combés, Isabelle. **De la una y otra banda del Río Paraguay. Historia y etnografía de los Itatines (siglos XVI-XVIII)**. Bolívia: Ed. Itinerarios/ILAMIS, 2015.

Cunninghame, Graham [1901]. **La Arcádia perdida: una historia de las misiones jesuíticas**. Buenos Aires: Emecé, 2000.

Da Gama, Basílio. [1769]. **O Uruguai**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

Faberman, Judith (Comp.). **Los pueblos de índios del Tucumán colonial: pervivencia y desestructuración**. Buenos Aires: Ed. Universidad Nacional de Jujuy y Universidad Nacional de Quilmes, 2002.

Fechner, Fabían. Las tierras incógnitas de la administración jesuítica: toma de decisiones, gremios consultivos y evolución de normas. In: **Historica**, XXXVIII, 2, pp. 11-42, 2014.

Fidalgo, Andrés. **De quién es la Puna?** San Salvador de Jujuy: Imprensa Talleres El diário, 1988.

Freitas, Décio. **O socialismo missioneiro**. Porto Alegre: Movimento, 1982.

Freitas, Décio. **Missões: a crônica de um genocídio**. Porto Alegre: Movimento, 1999.

Giudicelli, Christophe. Las tijeras de San Ignacio. Misión y clasificación en los confines coloniales. In: Guillermo Wilde [et.al.]. **Saberes de la conversión: jesuítas, indígenas e imperios coloniales en las fronteras de la cristianidad**. Buenos Aires: SB, 2011.

Haubert, Máxime. **L'oeuvre missionnaire dès jesuítas du Paraguay: 1588-1768**. Paris: Tese de Doutorado de 3e Cycle, École Pratiques des Hautes Etudes, 1966.

Ibañez de Echavarrí, Bernardo. [1762]. **Reyno Jesuítico del Paraguay: Parte 1-3**. Consultado em 28/04/2025.

<https://books.google.it/books?id=DHNDAAAACAAJ&hl=it&source=gbsnavlinkss>

Kern, Arno. **A organização política das missões da Província jesuítica do Paraguai (1641-1707)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em História da Cultura, PUCRS, 1979.

Koselleck, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUCRJ, 2014.

Krapovickas, Pedor. Los índios de la Puna en el siglo XVI. In: **Relaciones**, 1, pp. 71-93, 1978.

Lopes Neto, João Simões [1910]. **Contos guachescos e lendas do sul**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

Lorandi, Ana María (Comp.). **El Tucumán colonial y Charcas 2**. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, Universidade de Buenos Aires, 1997.

Lugones, Leopoldo [1904]. **El império jesuítico**. Buenos Aires: Hyspamérica Ediciones Argentina, 1985.

Lugon, Clovis [1949]. **A república comunista cristã dos Guaranis, 1610-1768**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Madrazo, Guillermo. **Hacienda y encomenda en los Andes**. San Salvador de Jujuy: Ed. Universidad Nacional de Jujuy, 1982.

Maeder, Ernesto. **Misiones. História de la tierra prometida**. 1 ed. Buenos Aires: Eudeba, 2004.

Maldavsky, Aliocha. Conectando territórios y sociedades. La movilidad de los misioneros jesuítas en el mundo ibérico (Siglos XVI-XVIII). In: **Historica**, XXXVIII, 2, pp. 71-109, 2014.

Maurer, Rodrigo. Desavenças entre vizinhos. Situações de conflito nas reduções do Paraguai colonial. In: **Revista História: Debates e Tendências**, Vol. 25, n. 1. Dossiê História, memória, vizinhança e participação, pp. 46-65, 2025a.

Maurer, Rodrigo. Conhecendo Don Joseph Gueyancaí: Cacique Guenoa que mereceu um reconhecimento fúnebre na redução dos Guaranis de San Francisco de Borja (notas preliminares). In: **Fronteiras: Revista de História**, v. 26, n. 46/47/48, pp. 66-92, 2025b.

Maurer, Rodrigo. **“Eles, porém, possuíam a terra de seus antepassados gentios [...]”. Os litígios pueblerinos e o individualismo reducional no Paraguai colonial**. Tese de Doutorado. PPG em História. Santa Maria: UFSM, 2023.

Maurer, Rodrigo. Dos índios antes da Companhia de Jesus; e da ordem depois dos índios: a classificação étnico-semântica do Paraguai colonial (séc. XVII-XVIII). In: **Estudios Históricos** – CDHRPyB, año XI, n. 21, 2019.

- Móran, Pedro B. Características sociológicas de las órdenes misioneras americanas. Evangelización y teología en América (siglo XVI). In: **X Simpósio Internacional de Teologia de la Universidad de Navarra**. Pamplona: Universidad de Navarra, vol. I, pp. 619-625, 1990.
- Mörder, Magnus. “Del estado jesuítico del Paraguay al régimen colonial guaraní misionero: un proceso de ‘normalización’ historiográfica desde los años 1950”. In: **VII JORNADAS INTERNACIONALES SOBRE LAS MISIONES JESUITICAS**. Resistência: Instituto de Investigaciones Geohistoricas/Conicet: UNNE, Facultad de Humanidades, 1998.
- Noelli, Francisco. La distribución geográfica de las evidencias arqueológicas Guaraní. In: **Revista de Índias**, vol. LXIV, num. 230, pp. 17-34, 2004.
- Nusdorffer, Bernardo. [1732]. In: FURLONG, Guillermo. **Misiones y su pueblos de guaraníes**. Buenos Aires: Imprenta Balmes, 1962.
- Palomeque, Silvia. Intercambios mercantiles y participación indígena en la Puna de Jujuy a fines del período colonial. In: **Andes**, 6, pp. 13-49, 1994.
- Palomeque, Silvia. Territorialidad española y territorialidad indígena en la zona colindante entre Charcas y el Tucumán (Siglos XVI-XVII). Alcances de investigación. In: **Ponencias XI Jornadas Interescuelas/Departamento de História**. Tucumán, 2007.
- Peramás, Joseph. **Platón y los Guaraníes**. Asunción: Centro de Estudios Paraguayos Antonio Guasch, 2004.
- Quevedo, Júlio. **Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata**. Bauru: EDUSC, 2000.
- Quevedo, Júlio; Maurer, Rodrigo. Dos índios misturados aos pueblos de Guarani. A província do Paraguai e o historicismo da Companhia de Jesus (séc. XVII-XVIII). In: **Revista de Estudos Interdisciplinares**. Vol. 4, n. 4, pp. 73-83, 2022.
- Rabuske, Arthur. Cartas de índios cristãos do Paraguai, máxime dos sete povos, datadas de 1753. In: **Estudos Leopoldenses**, Unisinos, ano XIII, vol. 14, n. 47, 1978.
- Susnik, Branislava. **El indio colonial del Paraguay I: El Guaraní colonial**. Asunción: MEAB, 1965.
- Susnik, Branislava. **El indio colonial del Paraguay II: Los trece pueblos guaraníes de las Misiones (1767-1803)**. Asunción: MEAB, 1966.
- Susnik, Branislava. Las relaciones interétnicas en la época colonial (Paraguay). In: **Suplemento Antropológico**, XVI (2): 19-27, 1981.
- Susnik, Branislava. **El rol de los indígenas en la formación y en la vivencia del Paraguay**. Asunción: IPEN, Tomos I e II, 1982.

Susnik, Branislava. La cultura indígena y su organización social dentro de las misiones jesuíticas. In: **Suplemento Antropológico**, XIX (2), 7-19, 1984.

Tell, Sonia. Autoridades y conflictos de jurisdicción en “pueblos de índios”. Córdoba, Gobernación del Tucumán, 1750-1810. In: **Revista complutense de historia de América**, 44, pp. 167-190, 2018.

Voltaire, François M. [1764]. **Dicionário filosófico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.